

Apenas 14% dos candidatos às eleições são mulheres

Falta mulher na eleição. A Lei Eleitoral determina que cada partido reserve 30% de suas candidaturas para as mulheres. Além disso, 51,5% do colégio eleitoral brasileiro são do sexo feminino. Mesmo assim, apenas 14% dos 19.166 candidatos que disputarão as eleições de outubro são mulheres. O dado faz parte do levantamento estatístico divulgado pelo Tribunal Superior Eleitoral sobre os candidatos. Além do sexo, o levantamento faz o corte do conjunto de candidatos por escolaridade e por idade.

Pelo estudo do TSE, fica-se sabendo que as unidades da federação que dão mais chance ao eleitorado feminino são o Distrito Federal, que tem 20% de candidatas mulheres, e Tocantins, com 19. No outro extremo, a Paraíba, com 7,7% de candidatas, e Goiás, com 9%, oferecem menos vagas para as mulheres.

Apenas duas mulheres entraram na corrida para chegar à presidência da República. Uma é a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), que desponta com surpreendentes 10% nas pesquisas eleitorais e com grande potencial para crescer ainda mais, segundo os especialistas. A outra é Ana Maria Teixeira Rangel (PRP-SP), que caminha em sentido contrário: com um pedido de impugnação pendente de julgamento, sua candidatura corre risco de cancelamento.

O mais baixo índice de participação feminina se registra nas eleições para a Câmara dos Deputados: 12,48%. O índice é muito parecido com o da disputa para os governos dos estados: 12,55%. Distrito Federal e Rio de Janeiro têm o maior número de mulheres na contenda: três, cada um. Em nove estados, não há mulheres concorrendo ao governo. Em cinco, não se registram candidaturas femininas para o senado.

Idade

Política, parece ser definitivamente uma atividade da idade madura. Na lista de quase 20 mil nomes de candidatos aparecem 49 pretendentes que já passaram dos 79 anos e apenas 19 que não atingiram os 20.

Esta tendência fica bem clara quando se constata que 87,7% dos candidatos têm mais de 35 anos (ou que 12,3% têm menos de 35 anos). A faixa etária que congrega o maior contingente de candidatos é a de 45 a 59 anos, com 8.880 nomes, ou 46,3% do total. A segunda é a de 35 a 44 anos, com 30,3% do quadro de concorrentes.

Ao se isolar o contingente feminino de candidatos, percebe-se que há entre elas uma tendência maior para a renovação. A parcela de mulheres candidatas com menos de 35 anos é de 14,1%, acima da média geral (12,3%). Metade dos candidatos com menos de 20 anos são do sexo feminino e apenas duas candidatas têm mais de 79 anos.

A Constituição Federal determina, no artigo 14, a idade mínima para candidatos a cargos eletivos. Os concorrentes à presidência, vice-presidência da República e ao Senado devem ter 35 anos no mínimo. Os governadores, 30 anos. Os deputados federais, estaduais/distritais, 21 anos. Apenas os vereadores podem disputar as eleições com idade mínima de 18 anos.

Escolaridade

Dos oito concorrentes relacionados para a presidência da República — que constavam da base de dados analisada — sete possuem curso superior completo. O atual titular do cargo e candidato à reeleição, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), tem o ensino fundamental completo.

Dos 208 candidatos ao cargo de governador de estados e do Distrito Federal, dois deles afirmam apenas ler e escrever. Ambos são candidatos ao governo do Mato Grosso. Eles são Roberto Pereira, do Partido Humanista da Solidariedade (PHS), comerciante; e Plauto Vieira (Gugu), do Partido Republicano Progressista (PRP), mecânico de manutenção.

A maioria dos candidatos a governador — 155 (equivalente a 74,5%) — por outro lado, declararam ter curso superior completo. Outros 26 (12,5%) disseram ter curso superior incompleto e 21 (10%) admitiram ter apenas o ensino médio completo. O restante, quatro candidatos, têm o ensino fundamental completo ou incompleto.

Dos 228 candidatos a uma cadeira no Senado Federal, 158 (69,3%) têm algum tipo de graduação superior; 34 (14,9%) revelaram ter o ensino médio completo; e 20 deles disseram não haver concluído a faculdade iniciada.

Aqui também aparecem 16 candidatos com pouca ou quase nenhuma instrução. Caso de um candidato na Bahia – José Maria dos Santos – do Partido da Causa Operária (PCO), que é padeiro e confeitoiro e declarou saber apenas ler e escrever. Outros três candidatos no Ceará, Maranhão e Santa Catarina, que dizem ter o ensino fundamental incompleto.

O nível de instrução cai entre os candidatos a uma vaga de deputado federal. Dos 5.402 pedidos de registros a uma vaga na Câmara, em Brasília, pouco mais da metade (2.843, ou 52,6%) têm curso superior; 639 deles (11,8%) abandonaram a faculdade já iniciada; 1.175 (21,7%) disseram ter o ensino médio completo e 176 (3,2%) não concluíram o nível médio.

Nesse caso, aumenta o número de candidatos com baixa instrução: 182 candidatos a deputado federal não terminaram o ensino fundamental, equivalente ao antigo ginásial; 377 preencheram em suas fichas que têm o ensino fundamental completo e nove disseram apenas saber ler e escrever.

O nível de instrução cai mais ainda quando se trata de candidatos às assembleias legislativas e distrital: 13.321 concorrentes. Destes, só 5.690 (42,7%) têm nível superior; 1.470 (11%) disseram não haver concluído a faculdade; 3.686 (27,7%) terminaram o ensino médio e 590 (4,4%) não completaram o ensino médio. Para esses cargos, o contingente de candidatos apenas com o ensino fundamental completo chega a 1.236, o equivalente a 9,3% do total; 607 deles disseram ter apenas o ensino fundamental incompleto e 40 só lêem e escrevem.

Date Created

21/07/2006